

“NÃO TINHA TOTAL CERTEZA DO QUE ESTAVAM FALANDO”: experiências de adultos surdos com o fenômeno do preconceito

Giselly dos Santos Peregrino.

Instituto Nacional de Educação de Surdos
gisellyperegrino@globocom

RESUMO:

A questão deste artigo é como o aluno surdo experiencia o preconceito contra si. Objetivou-se compreender o fenômeno, conceituando-o, identificando suas percepções e experiências, analisando como os estudantes surdos percebem esse processo e contribuindo para uma educação contra o preconceito. Atravessam este estudo diferentes perspectivas sobre o conceito, desde Gordon Allport a Hannah Arendt. Os participantes deste estudo foram cinco alunos surdos adultos utentes da Língua de Sinais Brasileira. Entrevistas semiestruturadas foram ancoradas na abordagem sócio-histórica e partiram de um roteiro norteador, tendo sido realizadas no ano de 2013. Concluiu-se que estudantes surdos têm dificuldades para perceber o preconceito por não compartilharem a língua com o sujeito preconceituoso e, ao mesmo tempo, conseguem apreender o fenômeno por meio de formações imaginárias e inferências.

PALAVRAS-CHAVE: preconceito, surdez, surdos, Libras.

INTRODUÇÃO

Este artigo – recorte de pesquisa de doutoramento devidamente publicada (PEREGRINO, 2018) – almeja trazer à tona discussões acerca das experiências com o preconceito, a partir de entrevistas semiestruturadas feitas no ano de 2013 com adultos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e matriculados no turno da noite em uma escola fluminense.

Allport (1962) define preconceito como algo que sobrevive às evidências que poderiam perturbá-lo, porque, mesmo em contato com determinado grupo social e exposto aos indícios que o tornam contrário ao que se pensa(va), continua-se vendo esse grupo com antipatia, de forma irreversível. O contato não mudaria a opinião, já formada e engessada, logo, o preconceito é caracterizado como uma ideia impermeável a um conhecimento novo, e nenhuma evidência lhe gera desequilíbrio. A finalidade seria colocar seu alvo em situação desvantajosa, não merecida por sua conduta.

O preconceito diz mais do preconceituoso do que do alvo propriamente, depende menos deste do que daquele (CROCHÍK, 1995). Não se deve, portanto, vincular a violência física ou simbólica ao alvo. O preconceito consistiria em uma realidade deturpada, sendo um mecanismo desenvolvido pelo indivíduo para

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

defender-se de ameaças imaginárias. Falseia a realidade, consistindo em uma atitude, não ação, embora tenha tendência à ação. O preconceito ainda não é discriminação, a qual seria sua ação. Quando o preconceito não se refere a defesas psicológicas, sendo superficial, o contato e a experiência podem ser o suficiente para aboli-lo; no entanto, quando funciona como um mecanismo de defesa psíquica que torna o sujeito resistente à experiência, só o contato não é o bastante (CROCHÍK, 2011).

Arendt (2012) admite que o preconceito é arriscado por estar embasado em juízos de outrora que não foram ressignificados. Os preconceitos invadem nosso pensamento e antecipam-se ao juízo, que, na concepção arendtiana, tem a ver com uma apropriação particular do universal, por meio da qual se avalia algo e se tomam decisões. Prescindir deles não é totalmente possível, pois não temos como criar juízos originais sobre todas as questões com as quais nos deparamos no decorrer de nossas vidas; por conseguinte, acabamos por recorrer ao passado sem refletir e por desconsiderar a experiência atual.

Esses autores trazem reflexões complementares sobre o fenômeno, de modo que podemos perceber que não se trata de conceito transparente nem consensual. Cabe, no momento, refletirmos com os sujeitos desta pesquisa a respeito do preconceito, a partir de suas percepções e experiências.

METODOLOGIA

Ancorada na abordagem sócio-histórica (FREITAS, 2002, 2007), a entrevista foi procedimento metodológico para construção dos dados com os sujeitos desta pesquisa, assumindo a interação como essencial ao estudo de fenômenos humanos. A entrevista é compreendida como uma produção de linguagem e objetiva a mútua compreensão entre entrevistador e entrevistado. Tal compreensão não é passiva, mas ativa e responsiva, pois já traz em si mesma o indício de uma resposta (BAKHTIN, 1998, 2010, 2011). A entrevista consegue colher dados na linguagem do próprio sujeito, possibilitando o desenvolvimento de uma ideia sobre o modo como o entrevistado interpreta aspectos do mundo (BOGDAN & BIKLEN, 1994). Ao entrevistar, não se lida com os fatos em si, mas com versões construídas pelos entrevistados, a partir do que lhes é proposto no contexto dialógico.

Foram entrevistados, em agosto de 2013, cinco alunos surdos – sendo três mulheres e dois homens –, com faixa etária entre 24 e 36 anos, matriculados no turno da noite em escola pública federal destinada a estudantes surdos e situada

no estado do Rio de Janeiro. Dentre os sujeitos da pesquisa, somente os dois homens têm surdez congênita. Os entrevistados cursavam, à época, a educação básica e estavam, nessa escola, há, pelo menos, um ano. Quatro trabalhavam. Não têm seus nomes próprios revelados, aqui, devido à confidencialidade garantida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi assinado por todos. Portanto, serão, aqui, chamados: **A₁**, **A₂**, **A₃**, **A₄** e **A₅**.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos entrevistados relatam que nem sempre têm certeza do que as pessoas ouvintes estão falando ao seu redor e não têm como saber se ocorrem mais manifestações de preconceito do que as que julgam perceber. Paire certa insegurança. Há dificuldade ou hesitação por parte desses entrevistados para reagir ou responder ao que lhes parece ser preconceito, como vemos em **A₂**: “eu conseguia perceber um pouquinho [do que pessoas ouvintes falavam]. Eu percebia, mas não respondia nada. Não tinha total certeza do que estavam falando”. O entrave entre a língua de sinais e o português oral gera a sensação real de incerteza ante o que ocorre ou é dito oralmente ao redor da pessoa surda.

Quando expresso oralmente na fala, ainda que de modo explícito, o preconceito pode não ser percebido pelo sujeito surdo, que tende a captar e, inclusive, construir expressões preconceituosas a partir do olhar, semblante, atitudes, gestos, etc. do outro. **A₂** confirma: “nem sempre consigo ler bem os lábios para saber o que realmente estão falando”. Por essa razão, é comum ocorrerem formações imaginárias que levem a pensar que o sujeito ouvinte está sendo preconceituoso, quando nem sempre está.

O preconceito contra as pessoas surdas pode ganhar contornos próprios, uma vez que, para o senso comum, além de ser “incorreto” expressar o preconceito contra elas publicamente, é cruel ser preconceituoso com alguém que, não raramente, é alvo de compaixão. Nessa esfera, geralmente, entram frases com uso de palavras no diminutivo – dando conotação pejorativa, querendo ou não – como “coitadinho, ele é surdinho” ou “é mudinho”. **A₂** ratifica que já falaram para ela: “fofinha”, “bonitinha”, dentre outras. Tais expressões, para se referir às pessoas surdas, mostram-nas como dignas de pena e podem vir acompanhadas:

i. de expressões faciais/corporais e de falas que indicam todo um pesar pelo outro e pelo seu “azar” na vida:

Eu estava na Tijuca resolvendo uma questão judicial. Estava preenchendo um formulário administrativo e vi que a mulher que estava do outro lado do vidro, desses de atendimento, parecia que estava falando “coitadinha dela, né? Uma pessoa tão boa, mas é surda”. Eu percebi aquilo, estranhei e chamei a mulher para perguntar o que ela tinha dito. Como não íamos conseguir nos comunicar de outro jeito, escrevemos em um papel. E ela escreveu isso no papel, aí eu perguntei “essa palavra, o que significa? É ‘coitada’? Nossa!”. Eu não gosto disso, o que será que ela pensa sobre o surdo? Será que ela acha que o surdo não tem experiências? “Deixei para lá”, continuei o que eu tinha que fazer e fui embora. Já me acostumei com isso. Ajo com indiferença, mas me incomoda. (A₂)

No relato de A₂, vários aspectos chamam a atenção. Primeiramente, ela deduz o que a atendente pode ter falado e, em seguida, tem a confirmação de que, de fato, tinha sido considerada uma “coitada”. Há manifestação de preconceito na fala e escrita da funcionária que estigmatizou a pessoa surda como inferior. Precisamos verificar o modo como se diz, e não apenas o que é enunciado: o uso da conjunção adversativa “mas” na oração “uma pessoa tão boa, *mas* é surda” indica que ser boa e surda não se somariam, parecendo contrapor-se, como se o fato de ser uma pessoa boa impedisse o fato de ser surda ou vice-versa. Outra manifestação de preconceito ocorre, mas não se trata de uma antipatia com A₂. Trata-se de uma inclinação – irrefletida e automática – a julgá-la, mediante a constatação acrítica da incompatibilidade entre ser boa e surda. O questionamento da aluna a si própria – sobre o que a atendente devia pensar sobre pessoas surdas e se pensava que não têm experiências de vida – mostra a formação imaginária do que o outro pode estar pensando. Provavelmente, isso é construído tomando-se por base o semblante daquele com quem se dialoga ou tenta dialogar. Segundo Fernandes (1990, p. 38), “a privação de um dos sentidos devido à existência de uma inter-relação funcional tem como consequência uma interferência direta no mecanismo perceptual”. Contudo, não é exclusividade dos sujeitos surdos a imaginação de pensamentos alheios. Também os ouvintes o fazem.

ii. do falar mal/ “pelas costas”, do olhar de estranhamento ou do silêncio que menospreza o outro:

Também há coisas negativas, porque as pessoas nos desprezam, falam mal, falam “escondido”, acontecem muitas coisas. Olham de maneira estranha! Isso é uma coisa negativa e me assusta um pouco, porque eu me pergunto: “o que aconteceu? Por que será que estão me olhando?”. É uma falta de sensibilidade da parte delas! E também quando os ouvintes veem as coisas dos surdos e deixam de lado, isso é muito difícil! Muita gente não fala nada. Quantos ouvintes não

falam nada? Olham e perguntam meio assustados: “esse é seu filho? Ele é surdo?”. E não falam nada, porque pensam que ser ouvinte é positivo, é mais fácil, e ser surdo, negativo, coisa para ficar assustado, negativo mesmo! Ninguém fala nada, porque tem dúvida. (A₅)

Do relato de A₅, é possível constatar a percepção de que as pessoas ouvintes desprezam as surdas, falam mal delas ou falam “escondido”, que pode significar: fofocar, falar na ausência de outrem ou sem que notem, dissimular a fala, tapar a boca para que não ocorra leitura labial, etc. Há uma percepção negativa e assustadora do olhar de estranhamento dos ouvintes em relação aos sujeitos surdos, o que leva A₅ a ficar perguntando a si próprio o que pode ter ocorrido e o porquê de estarem olhando para ele. Avalia o estranhamento dos ouvintes como uma “falta de sensibilidade” da parte deles e exemplifica que ignoram ou negligenciam as questões da surdez, se omitindo. Ou perguntam, assustados, aos pais se o surdo é filho deles. A₅ conclui que o ouvinte não faz comentários em relação à resposta positiva dos pais, porque ser uma pessoa surda deve ser algo negativo, algo “para ficar assustado, negativo mesmo”, aos olhos da sociedade. O entrevistado parece já ter refletido sobre o assunto, talvez em razão de variadas vivências da mesma situação. O comentário final – ninguém fala nada ante a constatação de estar perante um filho surdo de pais ouvintes – mostra que observa o desconhecimento dos ouvintes em relação à surdez.

Os entrevistados relataram as atitudes e posturas preconceituosas que são geradas pelo estigma da surdez: riso, desdém, “imitação” de sinais, mímica, uso de palavras grosseiras ou obscenas, zombaria, criação de apelidos, olhares desconfiados e de descrédito, receio quanto à comunicação com eles, semblantes piedosos, indiferença, evitação do contato visual, etc.:

[...] quando olhava, via pessoas que riam muito! Dá para perceber no semblante delas, porque o surdo é muito visual. E dá para perceber pela feição que as pessoas fazem. Às vezes, vejo as pessoas sacudindo as mãos e rindo. Puxa, aí fico com raiva e vontade de “tirar satisfação”, mas acabo “deixando para lá” e continuo sinalizando normalmente. Mesmo que a pessoa se aproxime, continuo sinalizando. Não paro mesmo! E se alguém vier tentando se comunicar comigo escrevendo, eu vou tentar escrever também. [...] Há outras coisas também: palavrão e um monte de coisas. Ocorrem também “gozações” e apelidos, mas já desisti. Às vezes, os ouvintes pensam que a comunidade surda é um grupo fácil, mas não é não. [...] Já vi gente segurando o riso, gente olhando de lado! Sempre há uns olhares meio tortos! Algumas pessoas que chegam meio apreensivas, encostando no ombro de leve – me deixam sem graça, porque nem as conheço! –, costumam me perguntar algumas coisas sobre os surdos. Explico tudo de maneira bem simples. Às vezes, dá para perceber: são muitas as pessoas que sentem pena e há até quem pareça

nem querer olhar para nós! (A₃)

Esse ato de abster-se de olhar para a pessoa surda pode ser justificado por ouvintes como um possível receio de que, fazendo o contato visual, podem ser mal interpretados como curiosos, reparadores ou, ainda, piedosos. Sujeitos surdos, inclusive, a depender do contexto, ora se queixam da insistência, ora se queixam da evitação desses olhares, como é possível notar em todos os relatos. Tal pode vincular-se também a uma não aceitação da condição surda por meio de um certo receio de que a surdez possa ser contraída como uma doença contagiosa (VILHALVA, 2004). Essa privação do contato visual pode relacionar-se, ainda, a um temor de que pessoas surdas não compreenderiam a fala das ouvintes.

Pode acontecer também de o sujeito surdo, percebendo a manifestação do preconceito contra si, tentar elucidar sua condição linguística ao ouvinte, assumindo que a falta de conhecimento deste a respeito da surdez pode ter inaugurado a atitude ou gesto de preconceito:

Eu estava sinalizando e uma pessoa, de repente, começou a rir e a gesticular com a outra, como se estivesse fazendo mímica. Eu fiquei meio aborrecido na hora e virei para a pessoa na hora e falei: “puxa, você mexe a boca e fala! Eu estou sinalizando, é a mesma coisa. Se uma pessoa chega para você e pergunta ‘e aí, tudo bem? Como você está?’, eu posso perguntar isso em Libras também. Então, somos iguais, não tem o porquê de olhar, ficar reparando no outro! Há coisas que você vai falar e eu não vou perceber! E se eu sinalizar, você também não vai perceber! Acabou, é assim!” Eu vejo que as pessoas não têm respeito. Eu acho que os surdos têm um pouco mais de respeito e não se metem com os ouvintes, mas é difícil. Acho que é porque eles não têm informação. Se dermos informação e eles ficarem esclarecidos sobre isso, eles acostumam com a Libras e nós nos acostumamos com eles. (A₄)

O sujeito surdo relaciona, de modo direto, a falta de conhecimento ao preconceito e crê que caso esclarecimentos fossem feitos, os ouvintes poderiam acostumar-se, o que significaria deixar de ficarem julgando, reparando ou observando detidamente as pessoas surdas. A₄ reclama do olhar que repara o outro e o considera injustificável por não haver diferenças quanto à comunicação entre as pessoas, apesar de haver diferenças quanto à língua. A elucidação e a reflexão podem contribuir para a desconstrução do preconceito, apesar de elas por si sós não serem o suficiente. O trecho final desse relato de A₄ também nos chama a atenção – “eles acostumam com a Libras e nós nos acostumamos com eles” – mostrando que, aos sujeitos ouvintes, cabe lidar naturalmente com a língua de sinais, e, em consequência, os surdos lidariam naturalmente com eles.

Os entrevistados demonstram que nem sempre têm certeza da manifestação preconceituosa, porque ela pode residir na língua oral, a qual eles não/pouco compreendem. A princípio, seria necessário haver um esclarecimento da situação para que o sujeito surdo pudesse ter ciência, com precisão, do que se passa, mas nem sempre isso é viável.

Os relatos confirmam que perceber o que se passa ao redor não é tão simples quanto parece, mesmo que, segundo A₅, as pessoas surdas tenham “um campo visual mais aberto”. Segundo Fernandes (1990, p. 37), “o canal visual é muito importante para o surdo e, através dele, é possível desenvolver os vários tipos de memória e percepções que o ouvinte normal adquire através da comunicação”. Todavia, captar a expressão do preconceito contra si não é fácil, se considerarmos que ele pode vir a público exatamente pela fala em língua oral, a qual o sujeito surdo não ouve. E, precisamente porque não ouve, é que, não raro, o preconceito pode emergir da fala dos ouvintes, sob a forma de discursos de piedade por exemplo, que pressupõem que o outro é de valor menor e está em condições menos favoráveis. O preconceito pode emergir também de supostas brincadeiras:

Algumas vezes em que eu estava de costas, e porque eu não ouvia, ficavam brincando de quase me encostarem sem eu ver. Mas, uma vez, eu virei e vi, na hora, que estavam brincando pelas minhas costas. E aquilo não tinha motivo, eu me relacionava bem com os outros, brincava, jogava futebol, essas coisas. (A₅)

Às vezes, à porta fechada, as pessoas fazem brincadeiras e “sacanagens”, e são pessoas ouvintes de que eu gosto. É que eu estou de costas e elas brincam de ficar fazendo sons, de me chamar. Aí eu olho, e elas dizem “ah! Você não é surdo nada!”. Mas é assim, às vezes, se noto alguém rindo, consigo captar. (A₅)

A₅ ressalta, no primeiro relato, que faziam supostas brincadeiras, exatamente porque ele não ouve, ou seja, elas não fariam sentido se feitas com alguém que pode ouvir, na ótica dele. Surpreende-se com o divertimento alheio – “aquilo não tinha motivo” – por ser feito por pessoas que tinham aparentemente um bom relacionamento com ele. No segundo relato, o mesmo se dá: as “brincadeiras” são feitas por aqueles de que ele gosta. Ao mesmo tempo que o surdo entrevistado narra o que lhe faziam, pondera sobre a ausência de motivação plausível e justificável para tais atos e confia, decepcionado, que se originaram de pessoas próximas, com as quais tinha afinidade e das quais não esperava atitudes como essas.

O preconceito contra a pessoa surda – quer seja aluna, professora, patroa, empregada, etc. – não se iguala integralmente a outras expressões preconceituosas como a homofobia, o racismo, a xenofobia, dentre outras, ainda que não se

possa fazer uma valoração de qual seria o preconceito mais ou menos grave ou prejudicial. Todos o são. Os relatos dos mais diversos entrevistados – alunos e professores – apontam que o preconceito contra pessoas surdas apresenta especificidades devido a algumas razões, dentre as quais destaco:

- incide sobre um grupo que não é alvo, atualmente, de ódio assumido de modo geral. Não há relato de clara perseguição odiosa, segregação imposta ou intolerância, apesar de sabermos que pessoas surdas foram perseguidas pelo nazismo, por exemplo;
- a surdez abriga um estigma invisível, se considerarmos que não é nítida como a cor da pele, a deficiência física, a deficiência visual, a síndrome de Down, etc. A surdez evidencia-se quando o sujeito usa a língua de sinais ou quando tenta falar a língua oral, o que não tem como ser “escondido” da sociedade por muito tempo;
- vincula-se a um grupo cuja língua diferencia-se pela modalidade (visuo-espacial), não sendo, inclusive, sequer respeitada e valorizada como língua pela sociedade em geral, apesar da Lei n.º 10.436/02 (tal mostra que a legislação nem sempre resolve imediatamente essas questões, apesar de amenizar dando visibilidade a essa língua). A Libras – diferente de línguas de minorias, como as indígenas por exemplo – não é considerada/(re)conhecida como *língua* por muitos que a veem como conjunto de gestos, mímica ou pantomima sem estrutura linguística interna;
- se o preconceito for manifestado abertamente, o enunciador pode ser julgado por outrem como cruel, por não se apiedar de um corpo com suposta anomalia, compreendido como defeituoso e incompleto;
- o preconceito pode ser dissimulado em discursos comiserados – que poupam o preconceituoso do julgamento alheio e podem torná-lo benfeitor inclusive – ou disfarçado sob a forma de supostas brincadeiras e piadas;
- o preconceito pode ganhar vida em língua oral sem que o alvo o ouça. Daí que o “falar pelas costas”, “tapar a boca para falar”, “falar baixinho” abrem brechas ao crescimento do preconceito, que não pode ser sequer notado/entendido por um sujeito surdo mais desatento ou que não tenha habilidade para leitura labial.

Há dificuldades, por parte da pessoa surda, para perceber não só o preconceito contra si, mas em compreender o que se passa ao seu redor. Os entrevistados não têm total domínio da língua que circula majoritariamente nos espaços – a língua portuguesa oral – mesmo que alguns tenham habilidades desenvolvidas no uso da leitura orofacial. Quando estão presentes pessoas ouvintes que não usam a Libras, o preconceito

pode não ser percebido, ainda que muitas vezes as surdas apoiem-se nas expressões faciais, gestos, olhares, meneios corporais, etc. das não surdas construindo interpretações (in)seguras, equivocadas ou não, a respeito do que veem.

CONCLUSÕES

O preconceito não é dialógico e dispensa a ativa compreensão responsiva. Implica um conhecimento prévio baseado em juízos passados e fixados que nos foram transmitidos e que, passivamente, não reelaboramos, ou baseado em uma vivência superficial sobre a qual não refletimos, mas generalizamos apressadamente. O preconceito pode esculpir a discriminação, humilhação, intolerância, violência física ou simbólica. Deixa rastros, fratura o modo de ver o mundo, gera marcas intensas/internas, tatua feridas. Ele é o sustentáculo de ações nada sociáveis, mas não é por si só uma ação; antes, é o bloqueio, o impedimento, a paralisação de experiências mais fecundas e pensamentos. O preconceito interrompe ou, mesmo, obsta o contato dialógico e a compreensão, que pressupõe duas consciências, respeito à alteridade e valorização da diferença.

O aluno surdo percebe e avalia o preconceito que sofre, apesar dos desafios linguísticos que lhe são lançados ante situações nas quais a língua hegemônica, o português, é a língua por meio da qual circula e se manifesta o preconceito. Porém, a pessoa surda pode detectá-lo tendo por base olhares, gestos, expressões faciais e corporais, dentre outras, que lhe permitem formações imaginárias a respeito do que pode estar em cena.

É urgente uma educação que priorize não o aniquilamento de preconceitos por meio de receitas, cujas garantias não existem, mas o *pensar* sobre a constituição deles, a fim de possibilitar verdadeiros juízos e novas experiências, libertando-se do engessamento característico desse fenômeno. Uma educação que incentive o pensar pode desestabilizar preconceitos e pô-los em xeque. Ao nos fixarmos em uma visão preconceituosa, somos nós que nos tornamos alvos dela. Assim, é necessário pensar no desbloqueio de novos juízos, em detrimento aos agarrados ao passado, bem como o favorecimento da experiência.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, Gordon Willard. *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: EUDEBA, 1962.
- ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. (VOLOSHINOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. (Linguagem e Cultura; 3)

_____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. (Linguagem e Cultura; 18)

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação, 12)

BRASIL, *Lei n.º 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e Inclusão. *WebMosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, vol.3, n.1. p. 32-42, jan.-jun. 2011.

_____. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Robe Editorial, 1995. (Série Encontros com a Psicologia)

FERNANDES, Eulalia. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p. 21-39, jul. 2002.

_____. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sonia (Org.). *Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 26-38. (Questões da nossa época; 107)

PEREGRINO, Giselly. *Preconceito e Educação: desafios à escolarização de surdos no século XXI*. Curitiba: CRV, 2018.

VILHALVA, Shirley. *Despertar do silêncio*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004. (Coleção Cultura e Diversidade)